

Relatório de Disseminação



Sessões de Direito Comunitário EU law sessions

*Instrumentos de Cooperação Judiciária Europeia em
matéria civil e comercial*

*European Judicial Cooperation Instruments in civil
and commercial matters*

Destinatários: Magistrados Judiciais e Oficiais de Justiça da
área civil e comercial

Target audience: Judicial Magistrates and Court Clerks
working in the civil and commercial areas



Título do projeto: Improve Justice Court-to-Court (IJUSTC2C) – GA 101138174

Período do relatório: janeiro de 2024 a dezembro de 2025

Coordenadora: Rosa Lima, Ponto de Contacto de Portugal

Gestores de Projeto: Carlos Rosado e Tiago Silva, Assessores Jurídicos

Data da submissão do relatório: dezembro de 2025



Improve Justice Court to Court Project (IJustC2C - GA 101138174)

Índice

Introdução.....	3
1. Estratégia de Disseminação	4
1.1 OBJETIVOS.....	4
1.2 PÚBLICOS-ALVO	4
1.3 CANAIS E FERRAMENTAS	4
1.4 TEMPORIZAÇÃO E FASES	5
1.5 ATIVIDADES DE DISSEMINAÇÃO REALIZADAS	5
1.5.1 Website e Presença Online.....	5
1.5.2 Materiais Impressos e Digitais	6
1.5.3 Eventos, Workshops e Formação	6
1.5.4 Monitorização e Feedback	6
2. Conquistas e Resultados	7
4. Sustentabilidade e Exploração dos Resultados.....	7
5. Próximos Passos	8
6. Anexos	8
ANEXO A: LOGÓTIPO DO PROJETO.....	8
ANEXO B: PÁGINA DO SITE	9
ANEXO C: RESUMO DA ANÁLISE DO SITE	12
ANEXO D: MÉTRICAS DAS REDES SOCIAIS	13
ANEXO E: BOLETIM INFORMATIVO	19
ANEXO F: MATERIAIS DE FORMAÇÃO E FOLHETO PRÁTICO	20



Improve *Justice Court to Court* Project (IJustC2C - GA 101138174)

Introdução

Este relatório de divulgação resume as atividades realizadas no âmbito do projeto *IJUSTC2C* para garantir a consciencialização, partilha de conhecimento e adoção dos seus resultados pelas partes interessadas relevantes. Documenta a estratégia, públicos-alvo, canais, materiais e resultados dos esforços de divulgação. A disseminação eficaz é uma dimensão central para garantir que os resultados do projeto cheguem a profissionais, autoridades judiciais e outros públicos relevantes, estando assim disponíveis para exploração e impacto.



Improve Justice Court to Court Project (IJustC2C - GA 101138174)

1. Estratégia de Disseminação

1.1 OBJETIVOS

Os principais objetivos de divulgação no projeto *IJUSTC2C* são:

- Sensibilizar a comunidade judicial, as autoridades nacionais responsáveis pela justiça e outras entidades relevantes nos países participantes sobre os objetivos, atividades e resultados do projeto.
- Garantir que os resultados do projeto (metodologias, ferramentas, recomendações, materiais de formação, etc.) são acessíveis, compreensíveis e utilizáveis pelos tribunais, tanto por juízes como por funcionários do tribunal, e outros profissionais jurídicos.
- Promover a aceitação e adaptação do projeto, resultando em práticas de cooperação judicial nacional e transnacional.
- Promover a sustentabilidade a longo prazo das conquistas do projeto para além da sua duração, mantendo o site do projeto ativo e mantendo o seu conteúdo.

1.2 PÚBLICOS-ALVO

Os principais públicos-alvo incluem:

- Profissionais do setor judicial (juízes, oficiais judiciais e assessores jurídicos).
- Ministérios nacionais ou departamentos de justiça e órgãos responsáveis pela cooperação judicial.
- Organismos e redes a nível europeu (por exemplo, EJM) que tratam da cooperação judicial transfronteiriça.

1.3 CANAIS E FERRAMENTAS

Os seguintes canais e ferramentas foram usados para alcançar os públicos-alvo:

- Site do projeto — uma página web dedicada que alberga informações sobre o projeto, notícias, materiais para download, ligações para cursos de formação e eventos.



Improve Justice Court to Court Project (IJustC2C - GA 101138174)

- Comunicações nas redes sociais (LinkedIn, YouTube, Facebook e Instagram) para divulgar atualizações e atrair a atenção da comunidade judicial.
- Boletins informativos distribuídos através de listas de correio.
- Conferências, workshops e seminários (nacionais e transnacionais) onde foram apresentados os resultados e metodologias do projeto.
- Sessões de formação para o pessoal do tribunal, com distribuição de materiais de formação e folhetos.

1.4 TEMPORIZAÇÃO E FASES

As atividades de divulgação foram estruturadas em três fases:

- **Fase inicial:** lançamento do site do projeto, materiais de divulgação, anúncio do projeto, primeiro boletim informativo referente ao lançamento do projeto.
- **Fase intermédia:** divulgação de materiais de formação, organização de sessões de formação, divulgação dos resultados iniciais, recolha de feedback dos formandos, atualização do site e das redes sociais.
- **Fase final:** divulgação dos resultados finais, publicação de ferramentas e eventos de encerramento.

1.5 ATIVIDADES DE DISSEMINAÇÃO REALIZADAS

1.5.1 Website e Presença Online

- Lançou o site do projeto (<https://www.redecivil.csm.org.pt/ijustc2c/>) em janeiro de 2024 com descrição completa do projeto, lista de sessões de formação, secção de notícias e recursos descarregáveis.
- Atualizações regulares publicadas (notícias, eventos futuros, resultados intermédios).
- Desde janeiro de 2024, as contas de redes sociais do Ponto de Contacto Português – LinkedIn, Instagram, Facebook e YouTube Channel –, têm sido usadas para divulgar todas as atividades do projeto.



Improve Justice Court to Court Project (IJustC2C - GA 101138174)

- A Newsletter 92, publicada em março de 2024, seguida pelas newsletters 93, 94 e 95 em dezembro de 2024, março de 2025 e dezembro de 2025, destacou todas as atividades realizadas no projeto e foi distribuída nas nossas listas de distribuição.

1.5.2 Materiais Impressos e Digitais

- Desenhou a marca do projeto (logótipo, identidade visual) e produziu um folheto/panfleto distribuído em eventos e por correio.

1.5.3 Eventos, Workshops e Formação

- A equipa participou na reunião de arranque do projeto que teve lugar em Bruxelas nos dias 16 e 17 de abril de 2024. Foi uma oportunidade importante para partilhar experiências com outros Estados-membros.
- Foram realizadas vinte e três sessões de formação, distribuídas pelos 23 distritos judiciais de Portugal. Estas sessões destinavam-se a juízes e escrivães do tribunal. As sessões foram totalmente personalizadas de acordo com os temas escolhidos pelos formandos no inquérito enviado previamente a cada tribunal.
- A equipa foi convidada a apresentar o projeto numa conferência na Eslováquia, que decorreu a 14 e 15 de novembro de 2024. Foi também convidado a apresentar o projeto durante a 102.ª Reunião de Pontos de Contacto, que teve lugar em Bruxelas nos dias 22 e 23 de outubro de 2025.
- Durante visitas de estudo a Helsínquia, Finlândia, em setembro de 2024, e Bona, Alemanha, em novembro de 2025, foi possível apresentar o projeto, o que constituiu uma oportunidade importante para trocar experiências e divulgar o projeto.
- Durante as sessões de formação, foram formados os seguintes juízes: 329 juízes e 425 escrivães do tribunal.

1.5.4 Monitorização e Feedback

- Após cada evento, foram distribuídos formulários de feedback aos participantes, o que resultou num relatório de avaliação para cada sessão de formação.



Improve Justice Court to Court Project (IJustC2C - GA 101138174)

- A análise do site é monitorizada regularmente através do Google Analytics.
- Métricas das redes sociais (seguidores, partilhas, interações) monitorizadas regularmente.

2. Conquistas e Resultados

- O site atraiu 7.671 visitantes únicos durante a execução do projeto.
- As contas nas redes sociais ganharam alguns novos seguidores e várias interações (gostos/partilhas) desde o lançamento.
- Foram realizados vinte e três workshops com um total de 754 participantes.
- Foram realizadas duas visitas de estudo (uma à Finlândia e outra à Alemanha) como forma de divulgação do projeto.
- O feedback dos participantes foi muito positivo, destacando o valor dos formadores, a qualidade do material de formação utilizado e indicando a necessidade de formação adicional.

4. Sustentabilidade e Exploração dos Resultados

Para garantir a utilização a longo prazo dos resultados do projeto, foram planeadas as seguintes medidas:

- Manutenção do site do projeto após o período de financiamento e arquivamento dos recursos para acesso gratuito.
- Disseminação de materiais de formação sob licença aberta (quando apropriado), permitindo a reutilização por tribunais e instituições de formação.



Improve Justice Court to Court Project (IJustC2C - GA 101138174)

5. Próximos Passos

- Publicação do relatório final do projeto em 2 versões linguísticas (PT e EN), e monitorização final das análises de websites/redes sociais após a publicação.

6. Anexos

ANEXO A: LOGÓTIPO DO PROJETO

Foi criado pela equipa do projeto utilizando o software Canva, com elementos escolhidos para refletir a cooperação que queríamos alcançar com os cursos de formação.



Improve Justice Court to Court Project (IJustC2C - GA 101138174)

ANEXO B: PÁGINA DO SITE

A equipa do projeto criou um site inteiramente dedicado ao projeto, que é mantido pela equipa e disponível em:

<https://www.redecivil.csm.org.pt/ijustc2c/>



Improve Justice Court to Court Project (IJustC2C - GA 101138174)

Regulamentos Europeus

- ✓ **Regulamento 593/2008 – Roma I** – Relativo à lei nacional aplicável às obrigações contratuais em processos judiciais que envolvem vários países da EU
- ✓ **Regulamento 864/2007 – Roma II** – Relativo à lei nacional aplicável às obrigações extracontratuais em situações de conflito de leis de vários países da EU
- ✓ **Regulamento n.º 1215/2012 – Bruxelas I** – Relativo à competência dos Tribunais em processos judiciais que envolvem vários países da UE; ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial
- ✓ **Regulamento 2015/848 – Insolvência** – Relativo à competência do Tribunal para abrir um processo de insolvência; à lei nacional aplicável e ao reconhecimento da decisão
- ✓ **Regulamento 1259/2010 – Roma III** – Relativo à lei nacional aplicável em matéria de divórcio e separação judicial envolvendo cônjuges que sejam de nacionalidade diferente, que residam num país distinto do seu país de nacionalidade ou que já não residam no mesmo país da UE
- ✓ **Regulamento 2019/1111 – Bruxelas II-B** – Relativo à competência do Tribunal, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial (divórcio, separação e anulação do casamento) e em matéria de responsabilidade parental que impliquem um elemento internacional e ao rapto internacional de crianças
- ✓ **Regulamento 4/2009** – Relativo à competência do Tribunal em matéria de obrigações alimentares transfronteiriças decorrentes das relações de família

Vídeos Informativos

Não dispensa a consulta da legislação em vigor e dos portais oficiais.



Citação e Notificação de atos no estrangeiro

Através desta ferramenta, desenvolvida pela DGAJ, poderá verificar e apurar qual o instrumento jurídico aplicável ao ato de citação ou notificação transfronteiriço.



Citação e notificação de atos no estrangeiro ao abrigo da Convenção da Haia e dos Acordos entre países da CPLP

Através desta ferramenta poderá verificar e apurar qual o instrumento jurídico aplicável ao ato de citação ou notificação transfronteiriço.



Obtenção de prova transfronteiriça por videoconferência

Através desta ferramenta, desenvolvida pelo Ponto de Contacto, poderá verificar e apurar qual o instrumento jurídico aplicável e os trâmites a levar a cabo num pedido de videoconferência.



Obtenção indireta de prova

Através desta ferramenta poderá obter mais informações sobre como obter provas no estrangeiro, apurar os contactos das autoridades estrangeiras competentes e os formulários necessários.

Improve Justice Court to Court Project (IJustC2C - GA 101138174)

Reuniões com outras redes

 Alemanha
  Finlândia

Bonn – 6 e 7 de novembro de 2025

• Consultar relatório / View report



Notícias



103.ª Reunião de Pontos de Contacto da RJE Civil
Que se realizou em Bruxelas, nos dias 4 e 5 de dezembro de 2025.



Sessões de Direito Comunitário nas Comarcas de Bragança, Vila Real, Viana do Castelo e Braga – Projeto IJustC2C
Que decorreram nos dias 27 e 28 de novembro de 2025.



Ponto de Contacto realiza visita de estudo à Alemanha – Projeto Europeu IJustC2C
Que decorreu nos dias 6 e 7 de novembro de 2025.



102.ª Reunião de Pontos de Contacto da RJE Civil
Que se realizou nos dias 22 e 23 de outubro de 2025, em Bruxelas.



Sessões de Direito Comunitário na Comarca da Évora e Portalegre – Projeto IJustC2C
Que foram realizadas no dia 3 de outubro de 2025.



Sessões de Direito Comunitário na Comarca da Madeira – Projeto IJustC2C
Que foram realizadas nos dias 10 e 11 de julho de 2025.

A página está dividida em secções, onde tentámos reunir a informação mais relevante relacionada com o projeto.

Explica o objetivo e a duração do projeto (que começou em janeiro de 2024 e terá a duração de 24 meses) e que foi financiado pelo Programa de Justiça da União Europeia.

Descreve o público-alvo desta formação — juízes de primeira instância (civis) e oficiais judiciais — e explica que as sessões terão lugar nos 23 distritos judiciais de Portugal para garantir uma cobertura nacional.

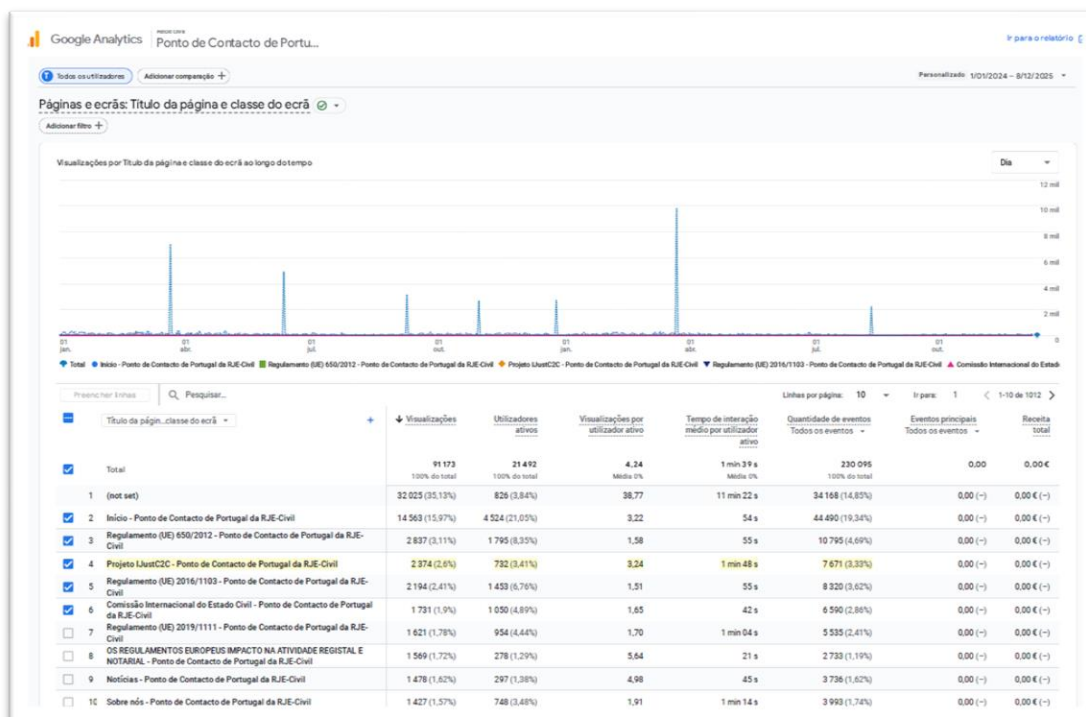
Improve *Justice Court to Court* Project (IJustC2C - GA 101138174)

Fornece informações sobre os instrumentos e regulamentos legais mais relevantes da UE que serão abordados na formação (como regras sobre notificações, obtenção de provas, reconhecimento e execução de decisões, entre outros). Dá acesso ao folheto prático e aos vídeos tutoriais passo a passo disponíveis no canal do YouTube.

Inclui um calendário de "Sessões realizadas" e "Sessões a realizar", bem como opções para descarregar materiais informativos — tudo com o objetivo de manter os profissionais do direito atualizados sobre os meios de cooperação civil e comercial internacional.

ANEXO C: RESUMO DA ANÁLISE DO SITE

De acordo com dados recolhidos pelo Google Analytics, o número de visualizações na página do projeto aumentou ao longo da duração do projeto. Foram registadas um total de 7.671 visitas durante este período (dados obtidos a 22 de dezembro de 2025).



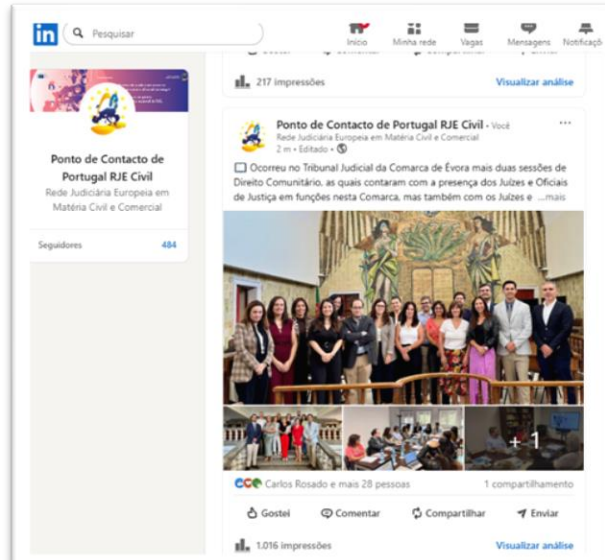
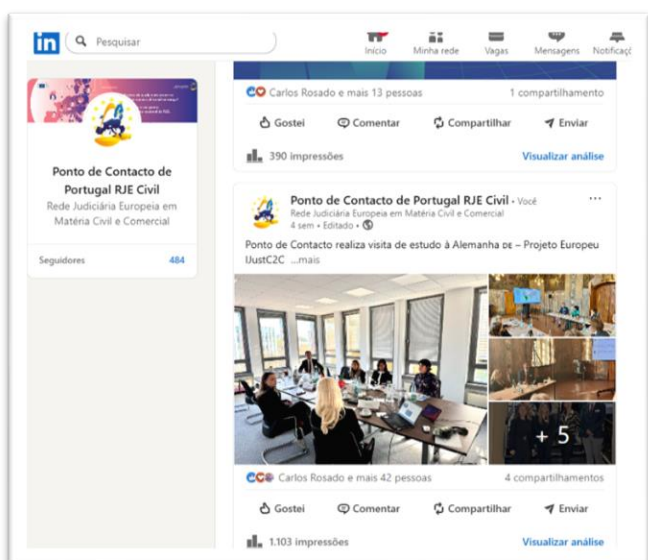
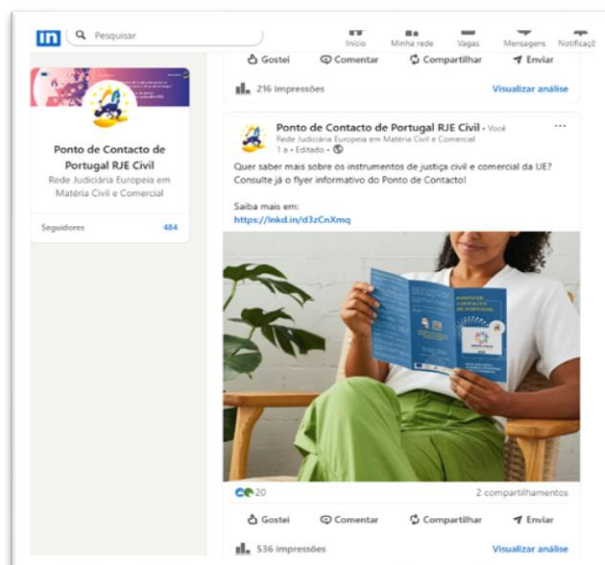
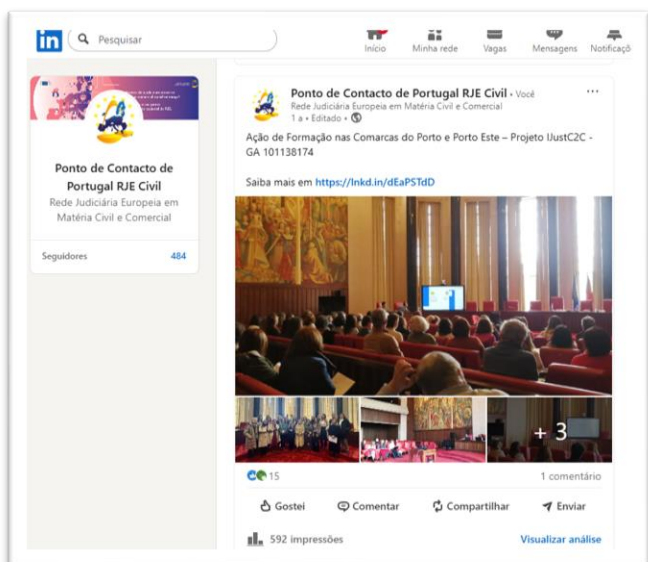
Improve Justice Court to Court Project (IJustC2C - GA 101138174)

ANEXO D: MÉTRICAS DAS REDES SOCIAIS

LinkedIn

<https://www.linkedin.com/in/ponto-de-contato-de-portugal-rje-civil-253b0419a/>

Todos os eventos relacionados com o projeto foram publicados na página do LinkedIn, alcançando uma média de 811 impressões de um total de 484 seguidores (diretos) (dados obtidos a 22 de dezembro de 2025).



Improve Justice Court to Court Project (IJustC2C - GA 101138174)

Instagram

<https://www.instagram.com/pontodecontactodeportugal/>

Na página do Instagram, a equipa decidiu criar uma secção de "destaques", onde incluíram todas as histórias publicadas com notícias e eventos relacionados com o projeto. De um total de 257 seguidores da página (dados obtidos a 22 de dezembro de 2025), as histórias foram visualizadas por uma média de 104 utilizadores desta rede social.



Improve Justice Court to Court Project (IJustC2C - GA 101138174)



Visualizações ⓘ

Visualizações	-
Contas alcançadas	163

Interações ⓘ

Interações	30
Seguidores	Na/N%
Não seguidores	Na/N%
Interações com publicações	0
♥ Gostos	27
💬 Comentários	1
🔖 Guardar	0



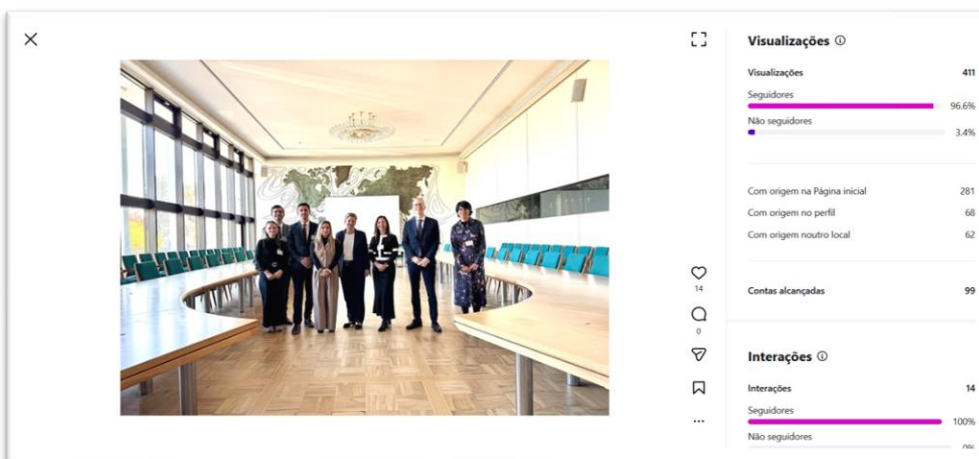
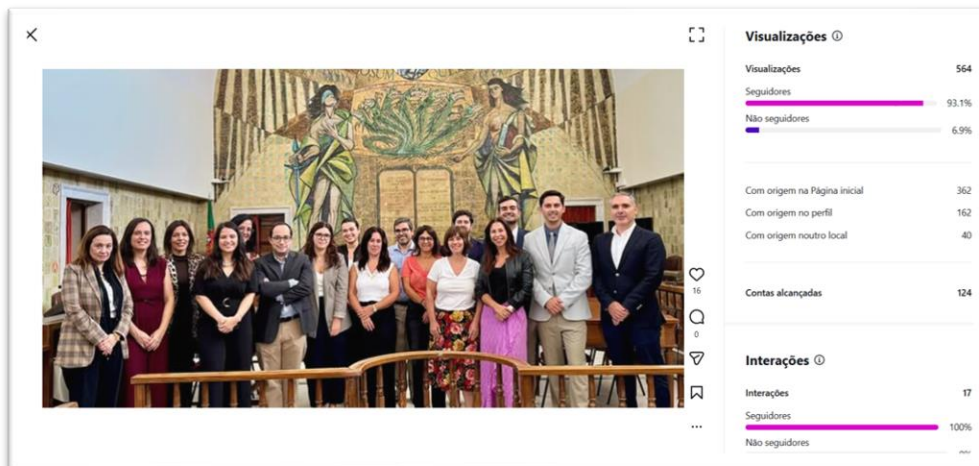
Visualizações ⓘ

Visualizações	-
Contas alcançadas	76

Interações ⓘ

Interações	4
Interações com publicações	0
♥ Gostos	4
💬 Comentários	0
🔖 Guardar	0
🔗 Partilhas	0

Improve Justice Court to Court Project (IJustC2C - GA 101138174)



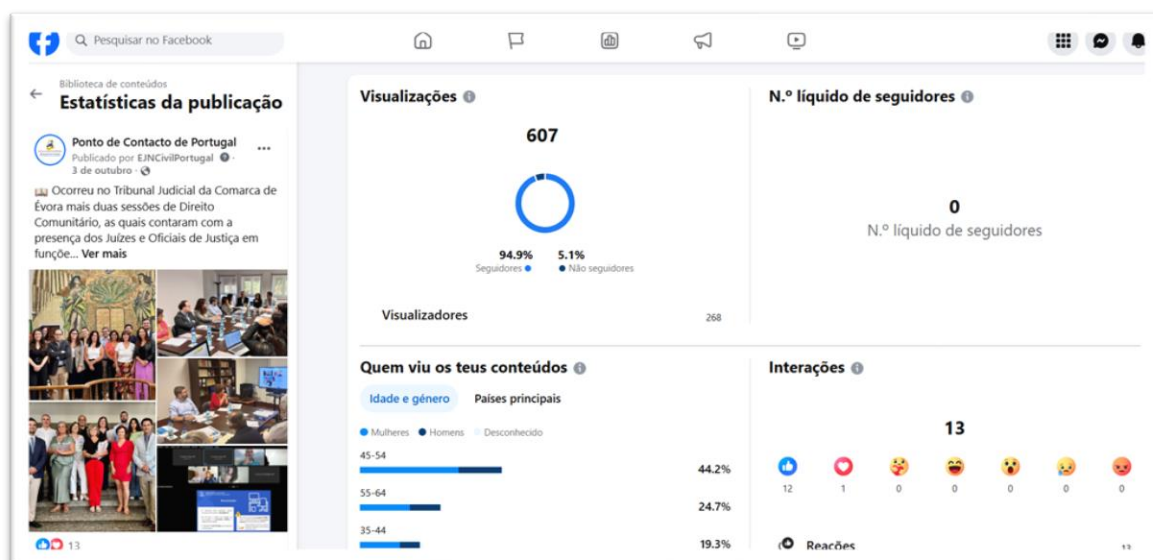
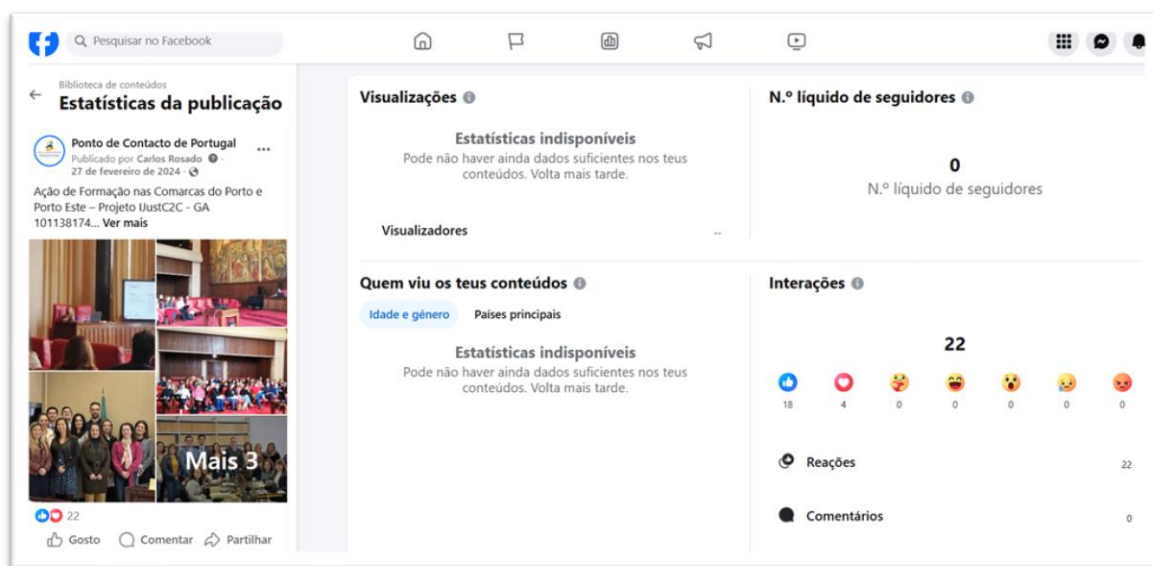
Relativamente às publicações publicadas nos últimos 24 meses do projeto, obtivemos uma média de 303 visualizações por publicação, incluindo seguidores e não seguidores.

Improve Justice Court to Court Project (IJustC2C - GA 101138174)

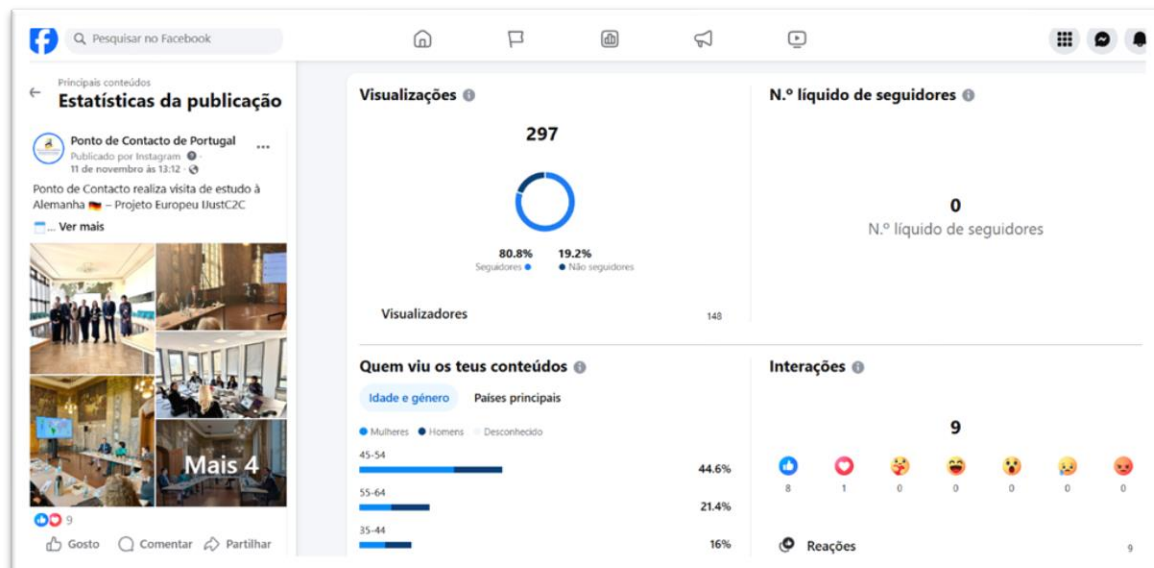
Facebook

<https://www.facebook.com/PontodeContactoPT/>

No Facebook, as publicações relacionadas com o projeto tiveram uma média de 500 visualizações, num total de 1.100 seguidores (dados obtidos a 22 de dezembro de 2025).



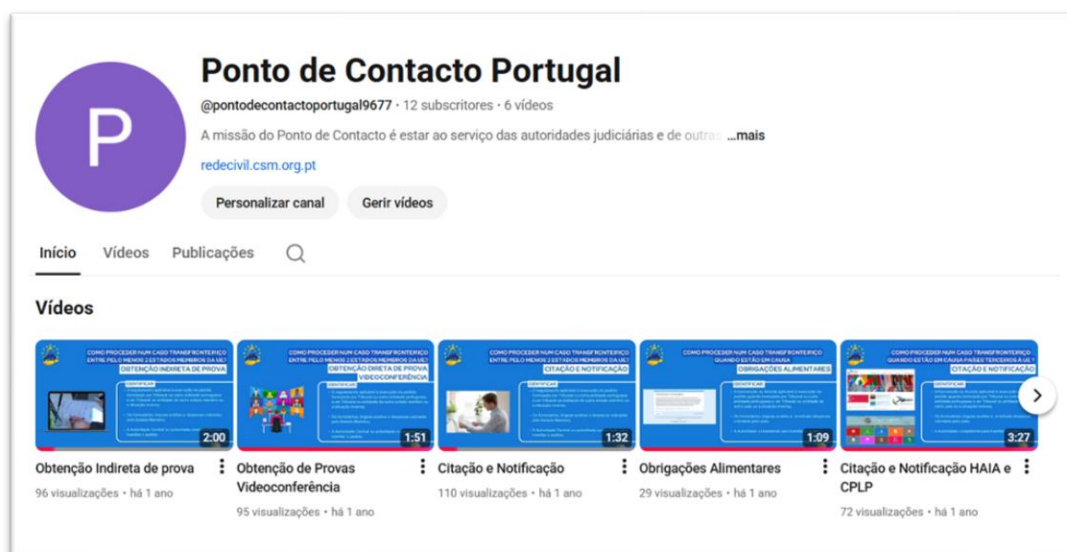
Improve Justice Court to Court Project (IJustC2C - GA 101138174)



YouTube

<https://www.youtube.com/@pontodecontactoportugal9677>

No YouTube, foram criados vídeos tutoriais especialmente para o projeto, que explicam passo a passo como enviar um pedido de prova para outro Estado-membro ou como enviar um pedido de notificação de documento, por exemplo, tiveram uma média de 80 visualizações (dados obtidos a 22 de dezembro de 2025).



Improve Justice Court to Court Project (IJustC2C - GA 101138174)

ANEXO E: BOLETIM INFORMATIVO

Durante o período de implementação do projeto, foram publicados e distribuídos quatro boletins informativos regulares, destacando todas as atividades realizadas no âmbito do projeto. As newsletters são distribuídas através das nossas listas de correio, subscrevidas por vários profissionais jurídicos.

As newsletters estão disponíveis no seguinte link:

<https://www.redecivil.csm.org.pt/newsletters/>





Improve *Justice Court to Court* Project (IJust2C - GA 101138174)

ANEXO F: MATERIAIS DE FORMAÇÃO E FOLHETO PRÁTICO

O folheto informativo criado pela equipa do projeto não foi apenas impresso e distribuído durante as sessões de formação, como também está disponível em formato digital no site do projeto:

https://www.redecivil.csm.org.pt/wp-content/uploads/2024/02/versao_final_flyer.pdf



Improve Justice Court to Court Project (IJustC2C - GA 101138174)

Todo o material de formação utilizado nos cursos de formação é também publicado na página do projeto (nas respetivas secções de cada tribunal distrital), de modo a estar disponível não só para os formandos, mas também para outras partes interessadas.

Material de formação para juízes

<https://www.redecivil.csm.org.pt/ijustc2c/>

Material de formação para escrivães judiciais

<https://www.redecivil.csm.org.pt/ijustc2c/>



O papel do Ponto de Contacto de Portugal na Cooperação Judiciária Internacional

tribunais Judiciais das Comarcas de Bragança, Vila Real, Viana do Castelo e Braga – IJC2C – 27 e 28 de novembro de 2025
 Rosa Lima – Juíza Desembargadora –
 rosa.lima@redecivil.mj.pt
 Ponto de Contacto de Portugal na REJCC



REGULAMENTO 861/2007 AÇÕES DE PEQUENO MONTANTE		Características	
	Alternativo É um processo alternativo ao processo nacional		Videokonferência Útil quando o interveniente residir noutro Estado-Membro
	Escrito O processo é escrito e só <i>excecionalmente</i> é que há audiência		Estar por si em juízo As partes não têm de ser representadas por advogado
	Audiência Ocorre se: • Tribunal não conseguir formar decisão com base nas formas escritas; ou • as partes o requeira e o juiz assim o determine		Dispensa alegações As partes não têm de fazer alegações de direito